

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – FEVEREIRO 2021

COVID-19	2
LEGISLAÇÃO	2
ICMS	3
LEGISLAÇÃO	3
JURISPRUDÊNCIA	4
ISS	5
JURISPRUDÊNCIA	5
IR E CSLL	6
JURISPRUDÊNCIA	6
PIS E COFINS	8
JURISPRUDÊNCIA	8
DIVERSOS	9
LEGISLAÇÃO	9
JURISPRUDÊNCIA	9

COVID-19

LEGISLAÇÃO

1. TRANSAÇÃO POR ADESÃO PARA TRIBUTOS FEDERAIS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA VENCIDOS ENTRE MARÇO E DEZEMBRO DE 2021 – REABERTURA DO PRAZO
 - **Portaria PGFN/ME nº 1.696, de 10 de fevereiro de 2021 (DOU 11.02.21)**

2. PROGRAMA DE RETOMADA FISCAL – REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA – REABERTURA DO PRAZO
 - **Portaria PGFN/ME nº 2.381, de 26 de fevereiro de 2021 (DOU 01.03.21)**

3. SP - PRORROGAÇÃO DAS RESTRIÇÕES NO ATENDIMENTO EM RAZÃO DA PANDEMIA – ATENDIMENTO VIRTUAL – ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº CAT 34/2020 – MEDIDAS VÁLIDAS ATÉ 07 DE MARÇO DE 2021
 - **Portaria CAT nº 05, de 10 de fevereiro de 2020 (DOE-SP 11.02.21)**

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM LÂMINA DE BARBEAR, APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL E ISQUEIRO - EXCLUSÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA DO PROTOCOLO ICMS nº 16/85
 - **Protocolo ICMS nº 08, de 18 de fevereiro de 2021 (DOU 19.02.21)**

2. MG - NÃO EXIGÊNCIA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AO ICMS E REACTUAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS COMO REQUISITO À CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS, DESCUMPRIDOS EM RAZÃO DOS EFEITOS ECONÔMICOS NEGATIVOS RELACIONADOS À PANDEMIA
 - **Decreto nº 48.144, de 25 de fevereiro de 2021 (DOE-MG 26.02.21)**

3. MT – PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À IMPORTAÇÃO DE BENS OU MERCADORIAS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA SEFAZ 142/2020
 - **Portaria SEFAZ nº 18, de 17 de fevereiro de 2021 (DOE-MT 24.02.21)**

4. MS – REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS E TERMOS DE OCORRÊNCIAS ELETRÔNICO (E-RUDFTO) – INSTITUIÇÃO DO SUBANEXO XXIV AO ANEXO X (DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS) DO RICMS/MS
 - **Decreto nº 15.609, de 22 de fevereiro de 2021 (DOE-MS 23.02.21).**

5. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL – BASE DE CÁLCULO E MARGEM DE VALOR AGREGADO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT nº 02/2018
 - **Portaria CAT nº 08, de 18 de fevereiro de 2021 (DOE-SP 19.02.21)**

6. NF-E - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO EVENTO "COMPROVANTE DE ENTREGA NA NF-E"
 - **Publicação da NT 2021.001 Versão.1.00**

7. NF-E – ALTERAÇÃO NA TABELA DE NCM COM VIGÊNCIA A PARTIR DE ABRIL DE 2021
 - **Publicação da NT 2016.003 Versão1.90**

8. NF-E - INTERMEDIADOR DA OPERAÇÃO – MARKETPLACE E OUTROS
 - **Publicação da NT 2020.006 Versão 1.10**

9. NF-E - TRANSPORTADOR – EVENTO “ATOR INTERESSADO NA NF-E” -
ESCLARECIMENTOS E ALTERAÇÕES NOS PRAZOS DE IMPLANTAÇÃO.

- **Publicação da NT 2020.007 Versão 1.10**

10. MDF-E - ADEQUAÇÃO DO VALE PEDÁGIO E AJUSTES NAS REGRAS DE VALIDAÇÃO

- **Publicação da NT 2021.001 Versão 1.01**

JURISPRUDÊNCIA

11. COBRANÇA DE DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS NAS REMESSAS PARA CONSUMIDORES NÃO
CONTRIBUINTES – FALTA DE EDIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR REGULAMENTANDO A
EXIGÊNCIA - INCONSTITUCIONALIDADE

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

ISS

JURISPRUDÊNCIA

1. INCIDÊNCIA SOBRE *SOFTWARE* – MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

2. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRESTADORES DE OUTROS MUNICÍPIOS – FALTA DE CADASTRO EM SÃO PAULO – OBRIGAÇÃO DE RETENÇÃO PELO TOMADOR - INCONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

IR E CSLL

JURISPRUDÊNCIA

1. SALDO NEGATIVO – FALTA DE INFORMAÇÃO DAS RETENÇÕES, PELA FONTE PAGADORA, EM DIRF – POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DO CRÉDITO POR OUTROS MEIOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

2. SALDO NEGATIVO – ESTIMATIVAS PARCELADAS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

3. SALDO NEGATIVO – COMPOSIÇÃO POR ESTIMATIVAS COMPENSADAS E NÃO HOMOLOGADAS – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

4. SALDO NEGATIVO – RECEITAS FINANCEIRAS NÃO OFERECIDAS À TRIBUTAÇÃO – APROVEITAMENTO DO IRRF - IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. FALTA DE RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVAS – APURAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAL – LANÇAMENTO DE MULTAS ISOLADAS – VALIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. ATIVIDADE COMERCIAL/VAREJISTA – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS SOBRE INSUMOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. LUCRO PRESUMIDO – PERMUTA DE IMÓVEIS – NÃO COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA FINS DE APURAÇÃO DO IRPJ E CSLL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS DESPROPORCIONAL PREVISTA EM CONTRATO SOCIAL – POSSIBILIDADE – NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. SUDENE – APROVEITAMENTO DO BENEFÍCIO FISCAL – EXIGÊNCIA DE RECONHECIMENTO PELA RFB – INSUFICIÊNCIA DE MERA APRESENTAÇÃO DE LAUDO CONSTITUTIVO EMITIDO PELO ÓRGÃO COMPETENTE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE DANO MORAL – CARÁTER INDENIZATÓRIO – NÃO INCIDÊNCIA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. BENEFÍCIO FISCAL DE ICMS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS – EXIGÊNCIA DE REQUISITOS NÃO PREVISTOS EM LEI – LEI COMPLEMENTAR Nº 160/17 – IMPOSSIBILIDADE – NÃO INCIDÊNCIA DOS TRIBUTOS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. OFERTAS SECUNDÁRIAS DE AÇÕES – GANHO DE CAPITAL – APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA DE 15% PREVISTA NA LEI Nº 11.033/04

- **Precedentes da Justiça Federal de São Paulo e Campinas**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. EXPORTAÇÕES INDIRETAS (POR MEIO DE *TRADING COMPANIES*) – IMUNIDADE SOBRE RECEITAS DE EXPORTAÇÃO
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
2. INSUMOS OU MERCADORIAS PARA REVENDA ADQUIRIDOS NA FORMA DE CONSIGNAÇÃO – NECESSIDADE DE AJUSTE TEMPORAL PARA EFEITOS DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
3. FRETE DE MERCADORIA NÃO SUJEITA ÀS CONTRIBUIÇÕES – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
4. SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. CRÉDITO PRESUMIDO – INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO UMA VEZ QUE NÃO É A PESSOA JURÍDICA QUE, DE FATO, INDUSTRIALIZA O PRODUTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. DESPESAS COM *PALLETS* – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. EMBALAGENS PARA TRANSPORTE – FRETES NA TRANSFERÊNCIA DE INSUMOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. COMBUSTÍVEIS – REGIME MONOFÁSICO – DISTRIBUIÇÃO E VAREJO – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. FRETE NO TRANSPORTE DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. INSTRUMENTOS DE NEGOCIAÇÃO DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA - REGULAMENTAÇÃO
 - **Portaria PGFN/ME nº 2.382, de 26 de fevereiro de 2021 (DOU 01.03.21)**

2. SÃO PAULO/SP – DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS RELACIONADOS AO ISS E AO IPTU - SISTEMA GBF – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SF/SUREM nº 13/2018
 - **Instrução Normativa SF/SUREM nº 02, de 24 de fevereiro de 2021 (DOM-SP 25.02.21)**

JURISPRUDÊNCIA

3. ITCMD - VEDAÇÃO PARA QUE ESTADOS E DISTRITO FEDERAL INSTITUAM O IMPOSTO NAS HIPÓTESES REFERIDAS NO ART. 155, § 1º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL SEM A INTERVENÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR EXIGIDA PELO REFERIDO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL – MODULAÇÃO – EFEITOS PROSPECTIVOS
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

4. DCOMP – EXISTÊNCIA DE ERRO DE FATO – COMPROVAÇÃO – OBRIGATORIEDADE DE ANÁLISE PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. DCOMP – RETIFICAÇÃO APÓS DECISÃO ADMINISTRATIVA – POSSIBILIDADE DESDE QUE COMPROVADA A INEXATIDÃO MATERIAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – ALIMENTAÇÃO *IN NATURA* – FALTA DE INSCRIÇÃO NO PAT – DESNECESSIDADE – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. PROCESSO ADMINISTRATIVO – CIÊNCIA POSTAL – OBRIGAÇÃO DE JUNTADA DO AR E COMPROVAÇÃO DA DATA PERTENCENTE À AUTORIDADE ADMINISTRATIVA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. DCOMP – INDICAÇÃO DE ORIGEM DO CRÉDITO COMO PAGAMENTO INDEVIDO – COMPROVAÇÃO DE QUE SE TRATA DE SALDO NEGATIVO – RECONHECIMENTO DO CRÉDITO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. EXISTÊNCIA DE RELATÓRIO COM INDICAÇÃO DOS SUPOSTOS CORRESPONSÁVEIS – LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO APENAS CONTRA PESSOA JURÍDICA – IMPOSSIBILIDADE DE QUESTIONAMENTO PELAS PESSOAS FÍSICAS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PRÓPRIO – AUXÍLIO QUILOMETRAGEM – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. NULIDADE DE DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA – POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO EM FAVOR DO CONTRIBUINTE – DESNECESSIDADE DE ANULAÇÃO DA DECISÃO ANTERIOR COM JULGAMENTO DIRETO PELO CARF
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. COMPENSAÇÃO – DENÚNCIA ESPONTÂNEA - IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. ITBI – INCIDÊNCIA APENAS A PARTIR DO REGISTRO DA TRANSFERÊNCIA EM CARTÓRIO
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

14. BEM ARROLADO EM AUTUAÇÃO – VENDA – EXIGÊNCIA, PELO FISCO, DE SUBSTITUIÇÃO DO BEM – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**

15. PENHORA – BEM COM ESSENCIALIDADE AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE COMPROVADA - IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

16. JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL NA CSRF INTERPOSTO APÓS IMPROCEDÊNCIA DE RECURSO DE OFÍCIO – CONCESSÃO DE BENEFÍCIO REDUÇÃO DE MULTA DE OFÍCIO EM CASO DE PAGAMENTO, PARCELAMENTO OU COMPENSAÇÃO – POSSIBILIDADE
 - **Solução de Consulta Interna nº 01, de 03 de fevereiro de 2021 (Boletim de Serviço da RFB de 22.02.21)**